



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



O Estado da Arte sobre a Educação Escolar Indígena no estado de Alagoas: premissas para uma pesquisa sobre políticas públicas educacionais

Avelar Araujo Santos Junior^I , Karine Gabrielle de Lima Rodrigues^{II} ,
Marcio Henrique Tavares dos Santos^{III} 

^I IGDema/Geecullt, UFAL, Campus A.C. Simões, Maceió, AL, Brasil
Orcid:<https://orcid.org/0000-0001-7592-8872>

^{II} IGDema/Geecullt, UFAL, Campus A.C. Simões, Maceió, AL, Brasil
Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-7710-4700>

^{III} IGDema/Geecullt, UFAL, Campus A.C. Simões, Maceió, AL, Brasil
Orcid:<https://orcid.org/0009-0008-0436-6356>

RESUMO

A proposta de trabalho aqui apresentada, refere-se a um dos desdobramentos analíticos do projeto de pesquisa intitulado “Comunidades Tradicionais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial: Povos Indígenas e Quilombolas em Alagoas”, que, desde 2022, recebe o apoio institucional da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas. O mapeamento das produções bibliográficas acerca da Educação Indígena e a Educação Escolar Indígena em Alagoas reúne materiais com temáticas provenientes de buscas em sítios eletrônicos diversos através da internet, que culminou na identificação do déficit de publicações, reforçando a necessidade do desenvolvimento de trabalhos com a temática indígena. A partir desse panorama, o presente trabalho tem por objeto apresentar um quadro geral das produções científicas pertinentes à temática indígena em sua diversidade analítica, tendo como enfoque principal os processos que caracterizam a atual conjuntura da Educação Escolar Indígena brasileira, sem perder de vista seus contextos espaciais e temporais, mormente os que constituem a história dos povos indígenas no estado de Alagoas. Como resultado ressaltamos a importância de espaços escolares bem estruturados nas aldeias, visto que estes atuam como ambientes profícuos de aprendizagem e socialização cultural. Deste modo concluímos que a produção científica nesta temática visibiliza lutas e, a depender das suas orientações, pode fundamentar processos de reivindicações juntos ao Estado no cumprimento das leis brasileiras que regem a educação indígena em suas inúmeras possibilidades.

Palavras-chave: educação; povos indígenas; políticas públicas

The State of the Art on Indigenous School Education in the state of Alagoas: premises for research on public educational policies

Abstract

The article presented refers to one of the analytical developments of the research project entitled “Traditional Communities, Public Policies and Territorial Development: Indigenous Peoples and Quilombolas in Alagoas”, which, since 2022, has received institutional support from the Fundação de Amparo à Research of the State of Alagoas. The mapping of bibliographical productions about Indigenous Education and Indigenous School Education in Alagoas brings together materials with themes from searches on various electronic sites via the internet, which culminated in the identification of the deficit in publications, reinforcing the need to develop work with the theme indigenous. From this panorama, the present work aims to present a general picture of scientific productions pertinent to indigenous themes in their analytical diversity, having as main focus the processes that characterize the current situation of Brazilian Indigenous School Education, without losing considering their spatial and temporal contexts, especially those that constitute the history of indigenous peoples in the state of Alagoas. As a result, we highlight the importance of well-structured school spaces in villages, as they act as fruitful environments for learning and cultural socialization. In this way, we conclude that scientific production on this topic makes struggles visible and, depending on its orientations, can support processes of demands together with the State in compliance with Brazilian laws that govern indigenous education in its countless possibilities.

Keywords: education; indigenous people; public policy

El estado del arte de la educación escolar indígena en el estado de Alagoas: premisas para la investigación sobre políticas públicas educativas

RESUMEN

La propuesta de trabajo aquí presentada se refiere a uno de los desarrollos analíticos del proyecto de investigación titulado “Comunidades tradicionales, políticas públicas y desarrollo territorial: pueblos indígenas y quilombolas en Alagoas”, que, desde 2022, cuenta con apoyo institucional de la Fundação de Support for Investigación en el Estado de Alagoas. El mapeo de producciones bibliográficas sobre Educación Indígena y Educación Escolar Indígena en Alagoas reúne materiales con temas provenientes de búsquedas en diversos sitios electrónicos a través de Internet, que culminaron con la identificación del déficit de publicaciones, reforzando la necesidad de desarrollar trabajos con la temática indígena. A partir de este panorama, el presente trabajo tiene como objetivo presentar un panorama general de las producciones científicas pertinentes a la temática indígena en su diversidad analítica, teniendo como foco principal los procesos que caracterizan la situación actual de la Educación Indígena brasileña y de la educación escolar indígena, sin perder de vista su dimensión espacial y contextos temporales, especialmente aquellos que constituyen la historia de los pueblos indígenas del estado de Alagoas. Como resultado, destacamos la importancia de espacios escolares bien estructurados en las aldeas, ya que actúan como entornos fructíferos para el aprendizaje y la socialización cultural. De esta manera, concluimos que la producción científica sobre este tema visibiliza las luchas y, dependiendo de sus orientaciones, puede apoyar procesos de demandas junto al Estado en el cumplimiento de las leyes brasileñas que rigen la educación indígena en sus innumerables posibilidades.

Palabras clave: educación; pueblos indígenas; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A proposta de trabalho aqui apresentada, refere-se a um dos desdobramentos analíticos do projeto de pesquisa intitulado “Comunidades Tradicionais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial: Povos Indígenas e Quilombolas em Alagoas”, que, desde 2022, recebe o apoio institucional da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), no âmbito do Edital nº 03/2022 - Apoio a Pesquisas Humanidades. Tal projeto é desenvolvido sob a coordenação do Prof. Dr. Avelar Araujo Santos Junior, líder do Grupo de Pesquisa em Espacialidades e Cultura (Geecult) do Instituto de Geografia e Desenvolvimento (IGDEMA) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O seguinte artigo versa sobre o Estado da Arte acerca da Educação Escolar Indígena em Alagoas, com o objetivo de apresentar a produção científica acumulada sobre esta temática no estado e, a partir deste referencial, dar seguimento às discussões teóricas e metodológicas do diagnóstico das condições estruturais, políticas e pedagógicas de um conjunto de 10 escolas (cinco indígenas e cinco quilombolas) presentes em distintos contextos territoriais e regionais do estado. Para nossas análises exploratórias foram levantadas teses, dissertações, artigos, monografias, documentos de órgãos governamentais, livros acadêmicos, e, outros (boletins, cartas e notas públicas).

Perante a complexidade interpretativa deste estudo, o procedimento epistêmico que indicamos considera as dimensões referentes à organicidade territorial dos povos indígenas em suas vicissitudes espaciais e temporais, coadunando distintas percepções teóricas e metodológicas. Deste modo, a abordagem interdisciplinar perpassa pelos objetivos desta pesquisa na medida em que são levantadas conjecturas associativas de caráter, sobretudo, geográfico, pedagógico, sociológico, antropológico e, notadamente, de análise de políticas públicas educacionais. Por conseguinte, buscamos ampliar as possibilidades das referências teóricas de maneira a suprir as limitações bibliográficas alusivas à temática, vale dizer, tendo a Geografia como base conceitual e de análise.

O texto está dividido em três tópicos. O primeiro versa sobre a delimitação dos termos usados para o levantamento bibliográfico, isto é, a educação escolar indígena como política pública. No segundo momento, será apresentado o estado da arte propriamente dito e, por fim, algumas breves considerações sobre o que foi levantado.

1. Delimitação dos termos do Estado da Arte: a educação escolar indígena em Alagoas como política pública

Seguindo o movimento dialético das contradições da realidade vivida pelos povos indígenas, podemos admitir que o nosso entendimento sobre políticas públicas passa mais pela contextualização dos seus espaços de decisões e pelo acompanhamento dos seus processos de formulação e implementação do que, necessariamente, pela avaliação de elementos previamente definidos como “resultados esperados” de algumas ações específicas do poder público em suas diferentes escalas. Assim, desenvolvemos nossas ponderações sobre as políticas públicas educacionais reconhecendo a polissemia dos conteúdos sociais que perpassam seus processos decisórios e execuções, cada vez mais relativizados em diferentes campos do conhecimento.

Economista e geógrafo, Melazzo (2010) é um dos que nos adverte sobre essa multiplicidade de significados ao desenvolver uma noção de políticas públicas enquanto “espaços de lutas e de construção de direitos” nos quais os mecanismos de tomadas de decisão e de implementação das ações governamentais não se restringem, unicamente, às intervenções ideológicas e práticas dos agentes do Estado, pois, também abarcam as intencionalidades e práticas de outros sujeitos sociais, sobretudo, do setor privado. O adjetivo “público” do termo sugere, desse modo, a incorporação de necessidades e demandas de sujeitos com diferentes visões de mundo, provenientes dos mais variados grupos políticos, classes sociais, identidades culturais, seguimentos institucionais ou setores econômicos da sociedade. Ainda que os pressupostos da cidadania e da democracia liberal não eximam as políticas públicas de disputas que também lhes dão vivacidade política, a estabilidade das instituições públicas alicerçadas na mediação entre esses diferentes sujeitos sociais se torna premissa básica para a governança das questões de maior interesse social assumidas nas políticas públicas. Configurando esses espaços de disputas como campos de ação e de acesso a direitos coletivos, Melazzo (2010) sintetizou deste modo seu entendimento sobre políticas públicas:

Políticas públicas são conjuntos de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos, envolvendo procedimentos formais, informais e técnicos que expressam relações de poder e que se destinam à resolução de conflitos quanto a direitos de grupos e segmentos sociais ou como o espaço em que são disputadas diferentes concepções a respeito da formulação e implementação de direitos sociais, bem como sua extensão a diferentes grupos sociais. Trata-se, assim, de uma forma de colocar esses direitos ao alcance de todos, expressos através de leis e serviços sociais, tentando responder aos interesses de diferentes segmentos de uma sociedade. Para existir uma Política Pública é necessário que ela seja mediada pelo Poder Público, sendo função dos governos municipais, estaduais e federais torná-la parte de sua agenda de atuação (MELAZZO, 2010, p. 19).

Nesses espaços de lutas e de construção de direitos são desenhadas as formas e organizados os conteúdos das políticas instituídas por meio de dispositivos universais ou exclusivos no domínio do direito e da administração pública. Sobre estes incidem problemáticas de acesso à serviços públicos, situações de diferenças regionais e de desigualdades sociais, alternâncias no poder com a inconstância de planos governamentais e a variabilidade entre disponibilização e aplicação de recursos públicos, sendo estes elementos suscetíveis às oscilações dos investimentos privados no mercado de capitais. Por conseguinte, apresentamos em linhas gerais a noção de políticas públicas desenvolvida por Everaldo Santos Melazzo, a fim de evidenciar não apenas a qualidade dinâmica, frequentemente cíclica, quando não, errática, das agendas públicas destinadas à resolução de situações-problemas de ordem social no país, particularmente, as correlacionadas à política indigenista no campo da Educação Escolar. Buscamos tal referência explicativa, sobretudo, para elucidar a dimensão espacial dos processos decisórios referentes às ações públicas administradas pelos governos nas unidades territoriais arregimentadas pelo Estado. Por sua vez, o Estado Social de Direito fundamentado em preceitos constitucionais voltados para a descentralização democrática e o fortalecimento do poder local (LEVY, 2009) pode ser compreendido como espaço de disputas no qual são instituídas as agendas políticas que determinam as diretrizes a serem assumidas pelo Estado em suas diferentes escalas de poder.

No que diz respeito à política indigenista e suas repercussões na implementação e gestão de políticas públicas em terras indígenas, a convivência dessas duas tendências, centralizadora e descentralizadora, desenvolve-se ativamente. Podemos observar esse processo na medida em que as políticas sociais, tal como as de saúde e educação, são assumidas pelo Governo Federal que se responsabiliza pelo repasse de recursos e pela transferência de responsabilidades da implementação às respectivas secretarias estaduais e municipais.

Paralelamente, observa-se nesses processos a crescente participação conjunta de outras instituições governamentais de planejamento, de organizações da sociedade civil e de agências de cooperação técnica internacional e multilateral. Para distinguir as políticas públicas indigenistas no conjunto das políticas do Estado Nacional consideramos a atual representação jurídica atribuída aos indígenas enquanto cidadãos etnicamente diferenciados, portadores de direitos permanentes e coletivos, formadores

de comunidades culturalmente distintas, sujeitos com plena capacidade civil, podendo associar-se livremente (inclusive, através de pessoa jurídica) para representar seus interesses sem, necessariamente, a interveniência da agência indigenista oficial, a FUNAI (OLIVEIRA, 2008). Essa atual condição normativa dos sujeitos reconhecidos pelo Estado como indígenas, denota um dos preceitos da Constituição de 1988 no que se refere à busca pela superação das representações jurídicas da tutela e dos dispositivos de integração e assimilação reproduzidos sistematicamente na política indigenista, desde o Código Civil de 1916. Porém, em termos práticos, o fim da tutela como reconhecimento dos direitos coletivos dos povos indígenas ainda demanda esforços políticos transformadores não só do próprio movimento, organizações e sistemas políticos indígenas, mas, sobretudo, por parte dos agentes e representantes do Estado tutor que imprimem as rotinas dos mecanismos de proteção e controle social da política indigenista.

Neste horizonte de possibilidades, as políticas públicas voltadas para os povos indígenas, mais do que uma síntese dos ordenamentos para o controle da reprodução social e material das populações envolvidas, tornam-se, vetores imprescindíveis à superação efetiva da tutela do Estado sobre os povos indígenas. E, compreendidas na dialética daquele pressuposto polissêmico, configuram-se como espaços de lutas e de construção de direitos onde, em contrapartida, são instituídos os limites da participação política e do controle social das ações do Estado conforme os alcances dos direitos permitidos aos indígenas.

Para suprir as demandas dos novos padrões de relações entre sociedades indígenas, Estado e Terceiro Setor, Souza Lima e Barroso-Hoffmann (2002), preconizaram duas considerações importantes sobre as políticas públicas direcionadas às populações indígenas: a primeira se encontra na percepção de que não se pode mais propor e executar um planejamento único para todas as sociedades indígenas no Brasil; a segunda pondera que não se pode mais agir de maneira tecnicista, sem resgatar e fomentar um conhecimento acumulado e tecnicamente qualificado que possibilita compreender os processos étnicos contextualizados em cada região. Destarte, o controle social das políticas públicas pelos sistemas políticos indígenas e/ou formas de organização institucionalizadas predispõe a superação da tutela com vistas à ruptura da apropriação e dominação sistemáticas das bases territoriais dos povos indígenas pelo Estado Nacional.

No movimento dialético das contradições que permeiam a implementação das políticas públicas em terras indígenas, ao mesmo tempo em que a atualização de alguns dispositivos jurídicos reforça os direitos dos povos indígenas – resultantes de uma larga trajetória de lutas –, outros mecanismos normativos são objetivados no controle tutelar, de modo a comprometer o potencial da autonomia dos povos indígenas sobre as formas de representação, ocupação e uso dos seus territórios. O domínio do Estado como agente regulador de programas, projetos e atividades desenvolvidas com a participação de entes governamentais e privados, tem aprofundado as relações de dependência desses grupos sociais aos diferentes tipos de aportes das políticas públicas, isso quando suas ações chegam nas comunidades. Os fluxos e ritmos desse processo de dominação denotam os distintos níveis de eficácia da integração compulsória dos povos indígenas às relações de exploração das suas forças de trabalho, à gradativa expropriação territorial e à degradação dos recursos naturais desses espaços em disputa.

Por conseguinte, entendemos que as políticas públicas direcionadas para os povos indígenas não se restringem unicamente à hegemonização dos processos de dominação e apropriação dos seus territórios. Tampouco, limitam-se às intervenções dos agentes do Estado, haja vista a constante interveniência da sociedade civil organizada e de seguimentos do setor privado, mas, principalmente, considerando-se o vigor das forças contra-hegemônicas conduzidas pelos povos indígenas. Forças que ganham vigor por meio da institucionalização das suas organizações representativas e da participação em conselhos, comissões, audiências públicas, fóruns e conferências. Como também, através da permanente reivindicação por direitos via ações de retomadas de territórios, fechamentos de rodovias, paralizações de obras de grande porte e da ocupação de espaços da administração pública, como secretarias, sedes regionais da FUNAI e do próprio Congresso Nacional. Por efeito, compreendemos que, independentemente de incorporarem demandas específicas ou de estarem inseridas em programas sociais universais, ao redor das políticas públicas gravitam questões prioritárias aos interesses dos povos indígenas, dos quais muitas são estratégicas não só para a sociedade brasileira, mas para toda a humanidade, tal como as de relevância étnico-cultural e ambiental.

Nesse sentido, estimamos como umas das mais profícuas possibilidades da atual conjuntura da política indigenista a consolidação da participação social dos indígenas na formulação e implementação de políticas públicas, especialmente, por intermédio de

iniciativas de diálogo intercultural que estabelecem como premissa a interlocução entre diferentes matrizes de saberes e conhecimentos. Logo, para promover os benefícios desta complementariedade em meio à sistemática sobreposição de modelos de desenvolvimento, consideramos indispensável às políticas públicas a incorporação das lideranças indígenas nos processos decisórios da formação das agendas da política indigenista e, no caso das políticas educacionais indígenas, os/as professores/as indígenas se apresentam como agentes políticos de relevância central. Tal entendimento decorre da notabilidade desses sujeitos históricos como os principais mediadores dos valores e expectativas das suas comunidades no âmbito da Educação enquanto direito, sendo estes, elementos indispensáveis à constituição de propostas lúcidas e consistentes em qualquer intervenção nas terras indígenas, além de dizer, para além dos limites educacionais. Até mesmo para garantir aos seus povos a autonomia na aceitação, ou não, de políticas e projetos que não estejam de acordo com os seus interesses coletivos e individuais.

Essas considerações gerais sobre as políticas públicas nos servem para termos um entendimento das especificidades da Educação Escolar Indígena enquanto elemento estratégico para os processos de luta dos povos indígenas, na medida em que a Escola, por sua vez, torna-se um espaço de fortalecimento das identidades, como também, de constituição dos projetos de sociedade protagonizados por cada povo.

A partir dessa compreensão inicial, traçaremos a seguir uma síntese do estágio atual do nível de pesquisa científica e do conhecimento produzido por pesquisadores de diferentes localidades, momentos históricos e áreas de atuação, no tocante à Educação Escolar Indígena no estado de Alagoas.

Considerações sobre o Estado da Arte a respeito da Educação Escolar Indígena no estado de Alagoas

Tendo em vista a diversidade dos temas e dos tipos de produções bibliográficas sobre os povos indígenas de Alagoas, optamos por apresentar esse levantamento a partir de um recorte temático que contextualiza a trajetória histórica da luta pela/na terra protagonizada por esses povos, considerando que a presença de escolas indígenas no âmbito formal está intrinsecamente ligada à regularização territorial, pois, este processo desencadeia o acesso à direitos fundamentais por parte destas comunidades, a exemplo da Educação Escolar diferenciada.

Para este trabalho exploratório a nossa principal fonte de pesquisa para as obras digitalizadas foi a rede mundial de computadores (*internet*), na qual foram encontrados diferentes bancos de dados de sítios eletrônicos de instituições, como: universidades, museus, institutos, fundações, órgãos públicos e revistas eletrônicas.

Para traçar uma síntese do estágio atual do nível de pesquisa científica e do conhecimento produzido por pesquisadores no tocante à Educação Escolar Indígena no estado de Alagoas, realizamos leituras sistemáticas das obras levantadas (algumas brevemente, outras com maior profundidade ou com leitura anterior), atentos à temas que tangenciam as realidades vividas por esses povos, tal como territórios indígenas, política indigenista, direitos indígenas, movimento indígena e patrimônio cultural. Para tanto, distinguimos os seguintes tipos de produções: artigos científicos; monografias; dissertações de mestrado; teses de doutorado; livros acadêmicos; documentos de órgãos governamentais (relatórios, laudos e censos); e outros (boletins, cartas e notas públicas).

A fim de otimizar o uso deste material, expomos o nosso levantamento a partir de quadros analíticos que sintetizam informações abrangentes sobre a temática que incorpora esse estudo, permitindo uma contextualização das produções bibliográficas a respeito da Educação Escolar Indígena em Alagoas de maneira que, futuramente, possamos disponibilizar um material mais elaborado e atualizado para um público amplo, trazendo uma análise das condições estruturais, políticas e pedagógicas das escolas visitas *in loco*.

Dito isso, com base no Quadro 1, percebe-se, relativamente, um quantitativo elevado na produção de Artigos Científicos e, por sua vez, uma baixa produção no que se refere a trabalhos de Monografias, Dissertações e Teses. Conjecturamos que esta situação se dá em razão da ausência de fomento na produção de pesquisas em diferentes Departamentos e Programas de Pós-graduação das universidades públicas e privadas que, por questões diversas, contam com poucos docentes atuando nesta linha de pesquisa. Porém, no que se refere ao elevado número de publicações de Artigos Científicos entendemos que essa fator corresponde a um interesse significativo sobre o tema, porém, com pouco seguimento no âmbito de pesquisas mais aprofundadas (como Monografias, Dissertações e Teses) devido ao quadro restrito de professores que possam orientar esses estudos.

Quadro 1 - Tipologias das produções bibliográficas

TIPO	QUANTIDADE
Artigo científico	15
Tese de Doutorado	3
Dissertação de Mestrado	7
Livro Acadêmico	2
Monografia de graduação	4
Documento de órgão governamental	9
Outros (boletins, cartas e notas públicas)	3
Total	43

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

No que se refere aos demais tipos de publicações, observamos uma rica diversidade qualitativa que denota a demanda pela reflexão sobre o tema em diferentes condições acadêmicas, ou mesmo, culturais e intelectuais a nível de interesses particulares, digamos. Apesar disso, diante da complexidade histórica e das atuais condições nas quais vivem os povos indígenas em Alagoas, acreditamos que essa produção geral é baixa em termos quantitativos, sendo esta uma importante justificativa para estimular ainda mais esses estudos, sobretudo, nas Universidades, seja na graduação ou na pós-graduação.

Quadro 2 - Origens das produções bibliográficas

ORIGEM	QUANTIDADE
Alagoas	23
Outros	20

Total	43
-------	----

Fonte: Elaboração Própria dos autores (2023).

No Quadro 2, é possível observar a quantidade de publicações a respeito da Educação Escolar Indígena em Alagoas, fora e dentro do estado. Uma pequena diferença entre essas origens demonstra um certo equilíbrio quantitativo, porém, pensamos que a superioridade numérica dos trabalhos realizados em Alagoas poderia ser maior, na medida em que expressaria uma produção local pulsante e condizente com uma maior presença de pesquisadores mais interessados no referido temário. Entendemos que a visibilidade e o reconhecimento da temática variam entre diferentes regiões do país. A partir desses diferentes contextos, percebemos que os estados com maior presença de população indígena também apresentam um maior número de pesquisadores, acadêmicos e profissionais engajados na produção do conhecimento desta área, inclusive, para desenvolver pesquisas em outras unidades da Federação.

Além disso, a existência de políticas públicas específicas sobre a educação indígena também influencia a quantidade de publicações. Estados que têm implementado ações voltadas para a valorização e fortalecimento das culturas indígenas, como a criação de escolas, programas de formação de professores e currículos específicos, podem respaldar com melhores condições estruturais as pesquisas nessa temática, incluindo os professores indígenas como produtores desses materiais analíticos sobre suas próprias realidades, para além de sujeitos das pesquisas, como é o mais comum de se observar.

A disponibilidade de recursos financeiros e institucionais também pode influenciar a quantidade de publicações, especialmente, via financiamento de projetos e bolsas de pesquisa. Estados com instituições de ensino superior e centros de pesquisa mais desenvolvidos, bem como com investimentos na área da educação, em geral, apresentam uma maior produção científica sobre a educação indígena. A presença de grupos de pesquisa, núcleos de estudos e parcerias entre instituições acadêmicas e comunidades também podem estimular a produção de conhecimento. Neste sentido, entendemos que para que haja uma maior produção de conhecimento sobre o tema em Alagoas, é fundamental fortalecer e valorizar a temática localmente, investir em políticas públicas e recursos para pesquisa, além de promover parcerias entre

instituições acadêmicas, povos indígenas e os agentes educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como explicitado, este Estado da Arte nos servirá como base bibliográfica fundamental para o desenvolvimento do projeto: “Comunidades Tradicionais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial: Povos Indígenas e Quilombolas em Alagoas”. Acreditamos que a possibilidade de apresentar os resultados preliminares da pesquisa em andamento seja importante para a sequência do estudo, considerando-se novas possibilidades teóricas e alternativas metodológicas para a pesquisa. Mas, sobretudo, temos a perspectiva de que tal momento de diálogo será de retomada de fôlego e de inspiração para seguir na busca por meios mais efetivos de contribuição acadêmica-científica para a luta histórica dos povos indígenas.

Certamente, esse levantamento bibliográfico não conseguiu alcançar todas as pesquisas, estudos ou documentos escritos que dizem respeito à temática, no entanto, reconhecemos o caráter contínuo deste trabalho de prospecção instigados pelas possibilidades futuras de aprofundar essas e novas leituras e, claro, de contribuir para o acesso desse conjunto de ideias e conhecimentos, especialmente, por parte dos povos indígenas de Alagoas que, por sinal, já conta com um bom número de jovens pesquisadores oriundos de territórios indígenas e que, hoje, encontram-se em cursos de graduação e pós-graduação de diferentes Universidades de dentro ou fora de Alagoas.

Como resultado preliminar, ressaltamos a importância de criar espaços escolares bem estruturados nos territórios indígenas de Alagoas, visto que estes atuam como ambientes profícuos de aprendizagem e socialização cultural dos seus povos. Deste modo, concluímos que a produção científica nesta temática visibiliza lutas e, a depender das suas orientações políticas e ideológicas, podem fundamentar processos de reivindicações juntos ao Estado no cumprimento das leis brasileiras que regem a educação indígena em suas inúmeras possibilidades.

Vale mencionar que na sequência desse texto apresentamos uma lista da produções bibliográficas encontradas que mencionam a Educação Escolar Indígena em Alagoas, seja de forma pontual ou aprofundada. Além disso, também oferecemos sugestões de Acreditamos que essas referências são relevantes para que diferentes pesquisadores possam tomá-las como indicações para suas leituras analíticas, afinal de contas, este é um dos principais objetivos de qualquer Estado da Arte.

LISTA DE PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS A RESPEITO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM ALAGOAS.

1) ARTIGOS CIENTÍFICOS

1. Dados sobre a educação infantil indígena em Alagoas: Questões pedagógicas, políticas e legislativas. 2018. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://doity.com.br/media/doity/submissoes/5bfdb665-2170-44d5-ba3d-7fee43cda1d7-artigo-sobre-educacao-indigena-s-idpdf.pdf>. Acesso em: 23 out 2023.
2. FERREIRA, José Kleiton Vieira de Lima. Educação Escolar Indígena e a crise de representatividade na Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília/DF. 2018.
3. FREIRE, Adriana Cirqueira. MELO, Beatriz Medeiros de. O mestrado profissional em educação profissional e sua contribuição para a ampliação do reconhecimento dos indígenas no estado de Alagoas. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnologia*. 2020.
4. GOMES, Valdeck; CAVALCANTE, Valéria Campos. A gênese da educação escolar indígena no etnoterritório Wassu-Cocal: reflexões sobre os marcos legais. In: ANAIS DO XV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE. 2021. Sergipe. Universidade Federal de Sergipe: Grupo de Pesquisa CNPq/UFS Educação e Contemporaneidade (EDUCON).
5. LIBARDI, Suzana Santos; SOARES, Leonardo Barros; SILVA, Alana Gabriela Barros Doia da. A disputa por território na perspectiva das crianças indígenas Kalankó: um relato de pesquisa de campo no sertão de Alagoas. In: LIMA, Lucas Gama; MARQUES, Leônidas de Santana (org.). *Semiárido brasileiro: terra, território, trabalho e educação*. Maceió: Edufal, 2021. Cap. 11, p. 159-183. ISBN: 978-65-5624-090-9. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/992>. Acesso em: 17 out 2023.
6. LIMA, Lucas Gama. OLIVEIRA, Amanda da Silva de. MIRANDA, Anderson Ribeiro. Indígenas, terra e território em Alagoas: uma análise geográfica da atualidade da resistência. *Revista de Geografia, Recife*, v. 36, n.1, 2019.

7. OLIVEIRA, Allyne Jaciara Alves Rios; SANTOS, Inalda Maria dos. O direito à educação escolar indígena e a saga do povo Koiupanká: A resistência de uma escola “que não existe”. *Brazilian Journal of Development*. 2020.
8. PEIXOTO, José Adelson Lopes; CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. Educação, direito e identidade: Licenciatura Intercultural Indígena em Alagoas – CLIND-AL. *Revista EntreRios*, Vol. 4, n. 1, p. 96 - 121, 2021.
9. PEIXOTO, Jose Adelson Lopes. A educação escolar indígena em Alagoas e a formação universitária: desafios e perspectivas. *Seminário PIBID História - Metodologias do Ensino de História: Identidade e Memória*. v.1, p.1-18. 2017.
10. SANTANA, Pedro Abelardo de. SILVA, Marina do Nascimento. Uma escola indígena no alto sertão de Alagoas: reflexões sobre sua história e o ensino diferenciado (2008-2018). Versão de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), curso de Licenciatura em História. 2018.
11. SANTOS, Taysa Kawanny Ferreira; LUCINI, Marizete. A educação escolar indígena e a interculturalidade: elementos para pensar a educação específica e diferenciada dos Kariri-Xocó/AL. VI Congresso Sergipano de História e VI encontro Estadual de História da ANPUH/SE.
12. SILVA, Eliane Bezerra da; MELLO, Janaina Cardoso de. Entre Xukurus-Kariris e griots: educação de povos indígenas e quilombolas para o acesso à universidade em Alagoas. *Cadernos do LEME*, Campina Grande, vol. 2, no 2, p. 58 – 77. jul./dez. 2010.
13. VIEGAS, Maria Ester Ferreira da Silva. Narrativas xavantes construindo os territórios dos povos tradicionais no semiárido alagoano. *Percursos*, Florianópolis, v.22, n.48, p. 128 – 153, jan./abr. 2021.
14. VIEIRA, Jorge Luiz Gozanga; LEITE, Alexasandra Santos Liberal. Análise das diretrizes do subsistema de saúde indígena no estado de Alagoas, Brasil. *Direitos Culturais*, Santo Ângelo, v.12, n.26, p. 61-74, jan./abr. 2017.
15. WANDERLEY, Viviane da S.; ROCHA, Túlio R. M. da; JOBIM, Marcelo B.; VIEIRA, Jorge L. G. A constitucionalização da educação escolar indígena e sua efetividade nos povos em Alagoas. 69ª Reunião Anual da SBPC - 16 a 22 de julho de 2017 - UFMG - Belo Horizonte/MG.

2) TESE DE DOUTORADO:

1. FERREIRA, Gilberto Geraldo. Educação formal para os índios: as escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos postos indígenas em Alagoas (1940-1967). Universidade Federal de Pernambuco. 2016.
2. LEITE, Angela Maria Araújo. Ninho de saberes: sensibilidades e (in)visibilidades em práticas educacionais indígenas em alagoas. Porto Alegre, 2021.
3. PEIXOTO, José Adelson Lopes. Minha identidade é meu costume: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó - Alagoas. 2018. 204 f. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Doutorado em Ciências da Religião, 2018.

3) DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

1. CAVALCANTE, Dehon da Silva. O ensino da história da cultura afro-brasileira e indígena na educação básica no estado de Alagoas (1988-2012). 2020. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2021.
2. FERREIRA, Gilberto Geraldo. A educação dos Jiripancó: uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas de Alagoas. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Centro de Educação, programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.
3. FREIRE, Adriana Cirqueira. Educação integrada e a questão indígena: uma proposta de intervenção nos cursos de ensino técnico integrado ao médio do Instituto Federal de Alagoas. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica/ProfEPT) - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas, Maceió, 2020.
4. OLIVEIRA, Allyne Jaciara Alves Rios. Povo Koiupanká e a educação escolar indígena: 15 anos de resistência no sertão alagoano. 2022. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

5. OLIVEIRA JÚNIOR, Valdeck Gomes de. Currículos vivenciados em escolas indígenas: contributos para uma educação contra-hegemônica. 2023. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.
6. SILVA, Jonathan Vieira da. Interculturalidade e consciência histórica no ensino da temática indígena: currículo e práticas em Alagoas. 2023. 104 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.
7. SILVA JÚNIOR, Gerson Alves da. Política de assimilação: educação escolar indígena em Alagoas a partir da constituição de 1988. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Alagoas, 2008.

4) LIVROS ACADÊMICOS

1. FERREIRA, Gilberto Geraldo. A Educação dos Jiripancó: uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígena em Alagoas. Maceió: Edufal, 2018. 180 p.
2. SILVA, Edson Hely; FERREIRA, Gilberto Geraldo. A educação escolar indígena em Alagoas: espaços, processos históricos e debates. Maceió: Editora Olyver, 2021. 167p.

5) MONOGRAFIA

1. CARVALHO, Maria Regineide Gomes. Territórios e direitos: desafios da educação escolar indígena entre os Jiripankó. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - UFAL, Campus Arapiraca, Unidade Educacional PALMEIRA DOS ÍNDIOS. 2020.
2. FEITOSA, Thais de Souza. Povo indígena Jiripancó em Alagoas: origem histórica, rituais e circularidade de crença, 2010-2020. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Unidade Delmiro Gouveia - Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2022.
3. FERREIRA, Isabel Alves. A Questão indígena na sala de aula: desafios e contradições do ensino e um estudo de caso na Escola de Educação Básica Helena de Oliveira - Pilar/AL. 2020. 140 f. Monografia (Trabalho de Conclusão

de Curso em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

4. LIMA, Érica Franciele da Silva. Educação escolar indígena: os desafios enfrentados pelo povo Jeripankó por uma educação diferenciada e de qualidade. Universidade Federal de Alagoas - UFAL, 2021.

6) DOCUMENTO DE ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

1. Governo do Estado de Alagoas. Estudo sobre as comunidades indígenas de Alagoas. NEPSEPLAG. Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2017.
2. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP. Estatísticas sobre educação escolar indígena no Brasil. Brasília – DF, 2007.
3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. LEI No 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Capítulo II - Da Educação Básica.
4. Educação Escolar Indígena – Legislação. De âmbito nacional, de âmbito estadual. Universidade estadual de alagoas – UNEAL e Secretaria de Estado da Educação - Seduc.
5. Financiamento: fundo de combate à pobreza do estado de Alagoas. Palmeira dos Índios – AL, 2018.
6. RHODEN, Kuno Paulo S.J.(Pe.). Ministério da educação, Conselho Nacional de Educação. Educação Indígena - Escola Indígena. Documento com mapeamento de Terras indígenas em: Excel 2 tipos. Terras Indígenas no Estado De Alagoas – MAPA.
7. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Estatísticas sobre Educação Escolar Indígena no Brasil – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2007. 213 p.: tab. 1. Educação indígena. 2. Educação escolar. I. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. II. Título.
8. Plano Plurianual 2022-2023. Governo de Alagoas.
9. SILVA, A. L. da. Os direitos dos povos indígenas e a Constituição brasileira de 1988: uma análise jurídica crítica da jurisprudência do STF sobre o tema da educação escolar indígena diferenciada. 2012.

6) OUTROS (BOLETINS, CARTAS E NOTAS PÚBLICAS):

1. AMORI, Siloé. Atlas de terras indígenas de Alagoas. Laboratório Antropologia Visual em Alagoas do Instituto de Ciências Sociais/ICS da Universidade Federal de Alagoas/UFAL. Revista Mundaú, n.4, 2018, p.132-140.
2. SILVA, Fabíola Mendes da; SARAIVA, Marina Rebeca de Oliveira. Dados sobre a educação infantil indígena em Alagoas: Questões pedagógicas, políticas e legislativas. VI Semana Internacional de Pedagogia. 2018.
3. Encarte Pedagógico VI. Educação escolar indígena. Texto: Iara Tatiana Bonin. Edição: Patrícia Bonilha. Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi): www.cimi.org.br.

8) VÍDEOS E NOTÍCIAS DISPONÍVEIS NA INTERNET

Vídeos

- Como é a educação dentro das comunidades indígenas? Como é a escola na aldeia? Maria Pankararu - <https://www.youtube.com/watch?v=KxpDmPWYb7k>
- Indígenas Aconã denunciam falta de escola em aldeia de Alagoas - <https://www.7segundos.com.br/arapiraca/noticias/2021/04/19/175571-video-indigenas-aconã-denunciam-falta-de-escola-em-aldeia-de-alagoas>
- Origem dos povos indígenas - Pernambuco e Alagoas - <https://www.youtube.com/watch?v=YCmcmK861ac>
- Povos Indígenas em Alagoas - Kalankó - Água Branca, AL - <https://www.youtube.com/watch?v=RXGYoeKaOaQ>
- Povos Indígenas de Alagoas - <https://www.youtube.com/watch?v=YPOWgx-wm6Q>
- TVE Em Dia - Escolas Indígenas - <https://www.youtube.com/watch?v=RTtKhd-7zAE>
- Índios falam sobre importância da escola para manutenção das tradições - <https://www.youtube.com/watch?v=ViGiV881430>
- Programa Pontapé nas comunidades indígenas - <https://www.youtube.com/watch?v=vqdVCUO2yUg>
- Bem Assim Escolas Indígenas - <https://www.youtube.com/watch?v=wi2p8zhM1VY>

Notícias

- 08/08/2022 - Nota: resistência indígena contra os desmandos da Funai no Sertão de Alagoas - <https://cimi.org.br/2022/08/nota-resistencia-indigena-contr-a-os-desmandos-da-funai-no-sertao-de-alagoas/>
- 25/07/2022 - Presença indígena na história de Alagoas é assunto de roda de conversa - <https://www2.ifal.edu.br/campus/maragogi/noticias/presenca-indigena-na-historia-de-alagoas-e-assunto-de-roda-de-conversa>
- 07/2023 - Território Indígena Xucuru-Kariri em Alagoas recebe visita técnica - <https://direitoshumanos.dpu.def.br/territorio-indigena-xucuru-kariri-em-alagoas-recebe-visita-tecnica/>
- 19/02/2023 - Xucuru-Kariri é superintendente de Povos Indígenas de Alagoas- <https://alnb.com.br/alagoas/xucuru-kariri-e-superintendente-de-povos-indigenas-de-alagoas/>
- 27/06/2023 - Instituições alagoanas firmam pacto em defesa das terras indígenas (Audiência híbrida aconteceu na reitoria da Ufal com a participação da Funai, Ufal, Uneal, Seduc e DSEI)- <https://ufal.br/ufal/noticias/2023/6/instituicoes-alagoanas-firmam-pacto-em-defesa-das-terras-indigenas/>
- 17/08/2023 - Governo de Alagoas entrega três escolas, sendo uma indígena, no Agreste e Sertão do estado - <https://alagoas.al.gov.br/noticia/governo-de-alagoas-entrega-tres-escolas-sendo-uma-indigena-no-agreste-e-sertao-do-estado/>
- 07/08/2023 - AL tem mais de 25 mil indígenas, segundo o Censo do IBGE - <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/08/07/al-tem-mais-de-25-mil-indigenas-segundo-o-censo-do-ibge.ghtml/>
- 11/09/2023 - Governo de Alagoas vai investir R\$ 15,5 milhões na construção de quatro escolas indígenas - <https://alagoas.al.gov.br/noticia/governo-de-alagoas-vai-investir-155-milhoes-na-construcao-de-quatro-escolas-indigenas>

- 17/10/2023 - TRE realiza seminário para debater cidadania indígena em Alagoas <https://www.tre-al.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Outubro/tre-realiza-seminario-para-debater-cidadania-indigena-em-alagoas>
- 16/11/2023 - Povo indígena Kalankó em Água Branca/AL recebe visita do MPF (Abastecimento de água, acesso à saúde, segurança e falta de escola são temas de preocupação para os indígenas) - <https://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/povo-indigena-kalanko-e-m-agua-branca-al-recebe-visita-do-mpf>
- 12/12/2023 - Funai apoia realização do I Encontro de Mulheres Indígenas de Alagoas e Sergipe- <https://anaind.org.br/noticias/funai-apoia-realizacao-do-i-encontro-de-mulheres-indigenas-de-alagoas-e-sergipe/>
- 14/12/2023 - Moradores da comunidade indígena Wassu Cocal bloqueiam trecho da BR-101 em Joaquim Gomes (Eles protestam contra a possibilidade do Congresso Nacional derrubar o veto do presidente Lula ao marco temporal)- <https://tribunahoje.com/noticias/interior/2023/12/14/131241-moradores-da-comunidade-indigena-wassu-cocal-bloqueiam-trecho-da-br-101-em-joaquim-gomes>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEVY, Maria Stella Ferreira. O direito das minorias e as nações indígenas no Brasil. In: **Caderno CRH: Revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA**. Salvador: UFBA, v. 22, n° 57, set/dez 2009, p. 493-505.

MELAZZO, Everaldo Santos. Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. In: **Revista Tópos**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, v. 4, n°2, 2010, p. 9-32.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Sem a tutela, uma nova moldura de nação. In: OLIVEN, Ruben G.; BRANDÃO, Gildo M.; RIDENTI, M. (orgs). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: ANPOCS, 2008, p. 251-275.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria. Questões para uma política indigenista: etnodesenvolvimento e políticas públicas. Uma apresentação. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, M. (Orgs.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002, p. 7-28.

Avelar Araujo Santos Junior

Professor DE, Geografia, UFAL. Pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2019), Pós-doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (2016), Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (2016), Mestre em “Estudios Ameríndios” pela Universidad Complutense de Madrid (2007), Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2005) e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2002).

Email: avelar.junior@igdema.ufal

Karine Gabrielle de Lima Rodrigues

Técnica em Agropecuária formada no IFAL- Campus Satuba (2007-2009). Atualmente é graduanda de Geografia Licenciatura na Universidade Federal de Alagoas- UFAL e atua como colaboradora do Grupo de Pesquisa Espacialidades e Cultura - GEECULT. Cursa também atualmente a Especialização de História de Alagoas no IFAL-Campus Maceió. Bacharel em Geografia, graduada pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL e Especialista no Ensino de Geografia pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

E-mail: karine.rodrigues@igdema.ufal.br

Marcio Henrique Tavares dos Santos

Graduando em Geografia (Licenciatura) pelo Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente - IGDEMA na Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Integrante do Grupo de Pesquisas Espacialidades e Cultura (GEECULT). Experiência na área de Geografias Negras e Indígenas.

E-mail: marcio.santos@igdema.ufal.br